

PROCESSO - A. I. Nº 161739.0050/17-0
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - ATOMIZAÇÃO DE METAIS OMEGA EIRELI
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO– Acórdão 3ª JJF nº 0240-03/17
ORIGEM - IFMT – DAT/METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 07/12/2018

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C/JF Nº 0328-12/18

EMENTA: ICMS. IMPOSTO SOBRE ARREMATAÇÃO DE MERCADORIAS IMPORTADAS LEILOADAS PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Comprovado nos autos que o ICMS lançado foi integralmente recolhido tempestivamente. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto contra Decisão que julgou Improcedente o Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 09/06/2017, exige crédito tributário no valor de R\$484.862,38, acrescido da multa de 60%, em razão do recolhimento a menos do ICMS, decorrente de erro na determinação da base de cálculo, referente a mercadorias ou bens procedentes do exterior, em 09/06/2017.

Consta na descrição dos fatos que o imposto devido na arrematação de mercadorias leiloadas pela Receita Federal, foi recolhido a menos que o imposto apurado, relativo ao lote 009, realizado em 04/05/2017, sendo a mercadoria liberada para o arrematante, tendo em vista o posterior caráter homologatório da operação.

Da análise dos elementos trazidos aos autos, a 3ª JJF, decidiu, por unanimidade e com base no voto condutor do Relator de primeiro grau, abaixo transcrito, pela Improcedência do Auto de Infração.

VOTO

Consta da acusação fiscal que se trata de lançamento tributário referente recolhimento a menos do ICMS, decorrente de erro na determinação da base de cálculo, referente a mercadorias ou bens procedentes do exterior, em 09/06/2017.

O defendente contestou a autuação alegando que deve ter ocorrido equívocos por parte da Fiscalização e o Auto de Infração não deve prosperar, ante a comprovação do pagamento integral do ICMS apurado, realizado antes mesmo da lavratura da intimação.

O Autuante por sua vez, declarou que analisando as razões da defesa conclui que estas são procedentes, uma vez que a empresa quitou o débito relativo ao imposto incidente na arrematação efetuada em leilão promovida pela Receita Federal do Brasil, dentro do prazo estabelecido para o seu pagamento, conforme faz prova documentos que apensou. Opinou pela improcedência deste Auto de Infração.

Analisando os elementos que compõem o presente PAF, verifico que o Autuado após ser vencedor em leilão realizado pela Receita Federal do Brasil, adquiriu o produto bobina de cabo de alumínio reforçada com fios de alumínio, emitiu os DANFs 12.804 e 12.953 de 19 e 31/05/2017, e efetuou os respectivos recolhimentos do ICMS em 19/05/2017 no valor de R\$108.040,00 e em 31.05.2017 no valor de R\$484.862,44 perfazendo o total de R\$592.902,44, fls. 25/27 e comprovantes de pagamento fls. 28/31.

Dessa forma, acolho as conclusões do Autuante considerando que a acusação fiscal não se materializou.

Ante ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

A JJF recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF, nos termos do art.169, I, “a”, item 1 do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537, com efeitos a partir de 20/12/11.

VOTO

Objetiva o presente Recurso de Ofício rever a Decisão proferida pela 3ª JF que julgou, por unanimidade, Improcedente o Auto de Infração em epígrafe.

Examinando as peças que integram os autos, depreendo que a Decisão recorrida está perfeita quanto ao seu resultado, não merecendo qualquer modificação, pois restou comprovado que o Auto de Infração em comento, lavrado para exigir crédito tributário no valor de R\$484.862,38, acrescido da multa de 60%, em razão do recolhimento a menos do ICMS, decorrente de erro na determinação da base de cálculo, referente a mercadorias ou bens procedentes do exterior, em 09/06/2017, realmente revelou-se Improcedente.

Isso porque, restou comprovado que o Contribuinte já havia realizado o pagamento integral do ICMS apurado, antes mesmo da lavratura da intimação, fato reconhecido pelo Autuante diante de prova documental apensada pela autuada.

Assim, o i. Julgador, constatando os recolhimentos do ICMS devido realizados em 19/05/2017 no valor de R\$108.040,00 e em 31.05.2017 no valor de R\$484.862,44, perfazendo o total de R\$592.902,44, conforme comprovantes de pagamento às fls. 25/27 e 28/31, antes do lançamento da exigência fiscal, julgou, obviamente, o auto de infração em comento improcedente.

Pelo exposto, por concordar integralmente com a Decisão recorrida, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e manter a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 161739.0050/17-0, lavrado contra **ATOMIZAÇÃO DE METAIS OMEGA EIRELI**.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de outubro de 2018.

MAURICIO SOUZA PASSOS – PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BARROS RODEIRO – RELATOR

LEÔNCIO OGANDO DACAL – REPR. DA PGE/PROFIS